



## **Destaque Rural Nº 188**

12 de Setembro de 2022

### **(DES)INDUSTRIALIZAÇÃO**

**Yara Nova**

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto é parte dos resultados da pesquisa sobre transformação estrutural da economia e da agricultura em curso no Observatório do Meio Rural, durante o ano de 2022. Neste texto, é analisada a indústria moçambicana, com particular foco na indústria manufactureira ou transformadora e no sector da agro-indústria, com o objectivo de verificar a contribuição destes sectores no processo da transformação estrutural de médio e longo prazo (não menos de 20 a 30 anos), em função da sua configuração e efeitos sobre a economia.

A industrialização é considerada como um dos factores-chave para o processo da transformação estrutural da economia, devido aos seus efeitos impulsionadores e multiplicadores noutros sectores, especificamente a agricultura e serviços, que absorvem trabalho, fazendo crescer as *urbes* e aumentar a demanda, incluindo com mudanças de dietas alimentares; nesta transformação, a produção agrária é gerada por um número decrescente de explorações e de produtores, provocando o aumento da eficiência dos factores de produção e maior produtividade do trabalho, e maior avanço tecnológico.

Nesta análise, foram consideradas variáveis que permitem analisar a evolução, características e composição do PIB, tais como: evolução dos principais sectores envolvidos no processo da transformação (agricultura, indústria e serviços) e as respectivas taxas de crescimento, as exportações e importações e a composição dos principais produtos industriais. O estudo abrange períodos variáveis, compreendendo entre 1961 e 2020 para algumas variáveis e entre 1991 e 2020, para outras. Esta diferença temporal resulta da dificuldade na obtenção/disponibilidade de informação estatística de uma série temporal extensa, completa e desagregada das principais variáveis analisadas. Este facto, constitui um dos principais constrangimentos para a realização da pesquisa. Foram utilizadas fontes secundárias do Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Moçambique (BdeM) e *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO).

Para o estudo e análise da transformação estrutural de uma economia, a informação sobre emprego (na agricultura, indústria e serviços) revela-se crucial. Entretanto, os dados sobre esta variável são escassos, para além de não serem fiáveis, visto que grande parte da população activa se encontra no sector informal e não está registada.

## 2. BREVE CONTEXTO

Historicamente, a indústria manufactureira tem sido considerada como "o motor do crescimento económico, da transformação estrutural e da recuperação" da economia (Castel-Branco, 2003b).

Inicialmente, a indústria era especializada em produtos semi-processados (produtos agrícolas para exportação, como cana-de-açúcar, sisal, chá, copra e algodão), tendo sido, posteriormente, expandida de forma acelerada entre os anos 30 e 60, com o objectivo de assegurar a estratégia de desenvolvimento em Portugal. Foi nesta perspectiva que Moçambique desempenhou as funções de: (1) fonte de matéria-prima e mão-de-obra barata para as indústrias portuguesas; (2) mercado de trabalho, como forma de desviar a emigração portuguesa virada para o Centro e Norte da Europa, Estados Unidos da América e Canadá; e, mais tarde, (3) satisfação do crescente mercado doméstico de colonos (Cruz *et al.*, 2016; Wuyts, 1980; Castel-Branco, 2003b).

Para atingir estes objectivos, observou-se a emergência de um capitalismo interno, assente na agricultura, na agro-indústria e na construção civil, orientado através de planos de fomento, em substituição do pacto colonial (Leite, 1989; Cruz *et al.*, 2016).

O aumento da procura de bens e serviços não produzidos pela economia local, resultou numa estratégia de substituição das importações, expandindo a indústria nacional de bens de consumo doméstico. Em 1960, verificou-se um desenvolvimento de pequenas e médias indústrias ligeiras, como as de produção de alimentos (enlatados, óleo refinado, entre outras), têxteis, rádios, sapatos, sabão, ácidos gordos e cimento (Brum 1976). No entanto, a indústria dominante era a de produção de *commodities* agrícolas para a exportação (algodão, açúcar, chá, castanha de caju, madeira e tabaco).

Após a independência nacional, a economia de Moçambique entrou num período de transição (1974-1976) e o sector industrial atravessou uma crise devido ao facto de:

- Muitas empresas foram sabotadas e abandonadas pelos antigos proprietários;
- O Estado teve de intervencionar um grande número de pequenas e médias empresas para as manter em funcionamento e preservar o emprego, e, como resultado, registaram-se baixas de produtividade e sobre-emprego;

- Saída de mão-de-obra qualificada o que provocou má gestão de grande parte das empresas intervencionadas e departamentos governamentais;
- A obsolescência tecnológica<sup>1</sup> do parque industrial foi agravada pelo desgaste físico do equipamento e pelas dificuldades de manutenção (Castel-Branco, 2003a; Mosca, 2005).
- Ruptura da rede de comercialização agrária, desarticulando as economias rural e urbana e reduzindo os fluxos de bens entre o campo e a cidade (comercialização de bens produzidos no meio rural e abastecimento de bens de consumo às populações no campo);
- Encerramento das fronteiras com a Rodésia do Sul, que levou à redução do tráfico internacional de mercadorias, uma das principais fontes de divisas do país.

Este conjunto de factos, além de outros, resultou numa grave crise económica. A necessidade de ultrapassar estes problemas, levou a que o novo Estado começasse com as nacionalizações ou intervenções da maioria do parque industrial então existente e de empresas de outros sectores de actividade.

Com o agravamento da crise, a partir de meados da década de 1980, quando o crescimento do PIB chegou a ser -20% e depois de mais de cinco anos de crescimento negativo, devido sobretudo à guerra civil e ao colapso dos países socialistas da Europa, a dívida externa aumentou em quase 500%, entre 1984 e 1992. Estes e outros aspectos, culminaram com a adesão ao Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial, em 1987, na tentativa de recuperar a economia.

Na década de 1990, muitas indústrias/fábricas, de entre as quais as criadas no âmbito da estratégia de substituição de importações, deixaram de existir ou perderam relevância. De ressaltar que as indústrias directamente a montante da produção agrária entraram em colapso e não mais foram recuperadas, como foram os casos das indústrias de fertilizantes, de misturas de agroquímicos, de alfaias agrícolas e atrelados, de embalagens, etc. Nas restantes indústrias, o grau de concentração da produção aumentou em torno de produtos primários, minerais, energéticos e florestais, reduzindo, assim, o potencial de articulação doméstica da produção (Castel-Branco, 2010).

Com a adopção das políticas de ajustamento estrutural das Instituições Financeiras Internacionais, conhecidas como Instituições de Bretton Woods (IBW), e conseqüente mudança de uma economia de planificação central para uma economia de mercado, aconteceram as privatizações. Deste processo, o governo, ocupou-se em criar leis e incentivos que permitissem que os investidores nacionais beneficiassem das privatizações,

---

<sup>1</sup> A indústria possuía um evidente atraso tecnológico: cerca de 70% do equipamento industrial possuía um tempo de uso superior a 15 anos, visto que a grande parte do equipamento industrial provinha do equipamento em substituição na indústria portuguesa por ser tecnologicamente obsoleto.

incluindo a eliminação das restrições impostas aos membros da FRELIMO, relativamente à acumulação de capital, aos limites do número de trabalhadores que os membros do partido podiam empregar nas suas empresas. Estas medidas tomadas pelo governo, resultaram da pressão dos membros, pelo receio de que o processo de mudança para uma economia de mercado os excluísse, vendo, assim, a privatização como uma oportunidade de aquisição e acumulação de riqueza (Pitcher, 2003).

Como resultado das intervenções pós-independência e das privatizações conforme o programa de Ajustamento Estrutural, os empresários nacionais compraram 90% das empresas estatais e participaram na maioria dos projectos de investimento propostos. As elites políticas, não só, beneficiaram das privatizações, como também, puderam desenvolver alianças com o sector privado, que as favoreçam, e, assim, contribuir para a manutenção da hegemonia do poder político (Pitcher, 2003).

O processo de desindustrialização<sup>2</sup> aconteceu logo após a independência, mas, é depois do ajustamento estrutural que ocorreu de forma acelerada (Langa, 2017). Segundo a autora, esta desindustrialização é resultado da combinação de dois processos: (1) a redução do número e da diversidade de actividades na economia e a sua crescente concentração em torno das actividades mais primárias dentro da indústria transformadora; e, (2) a progressiva perda de capacidades tecnológicas e a simplificação de processos produtivos nas empresas industriais existentes. Além destes factores, a má gestão das empresas e *lobbys* importadores ganharam peso nos centros de decisão.

Langa (2017), conclui que a tentativa do Estado em incentivar elevados influxos de IDE, como estratégia para o desenvolvimento industrial e motor para a substituição das importações, durante as últimas duas décadas, não alteraram a estrutura essencialmente primária da economia de Moçambique, mas contribuiu para a transformação da composição do crescimento económico da predominância de poucas *commodities* agrícolas e pesqueiras (açúcar, tabaco, caju e camarão), para uma excessiva concentração de produtos do complexo mineral-energético (energia eléctrica, alumínio, gás natural, carvão e areias pesadas).

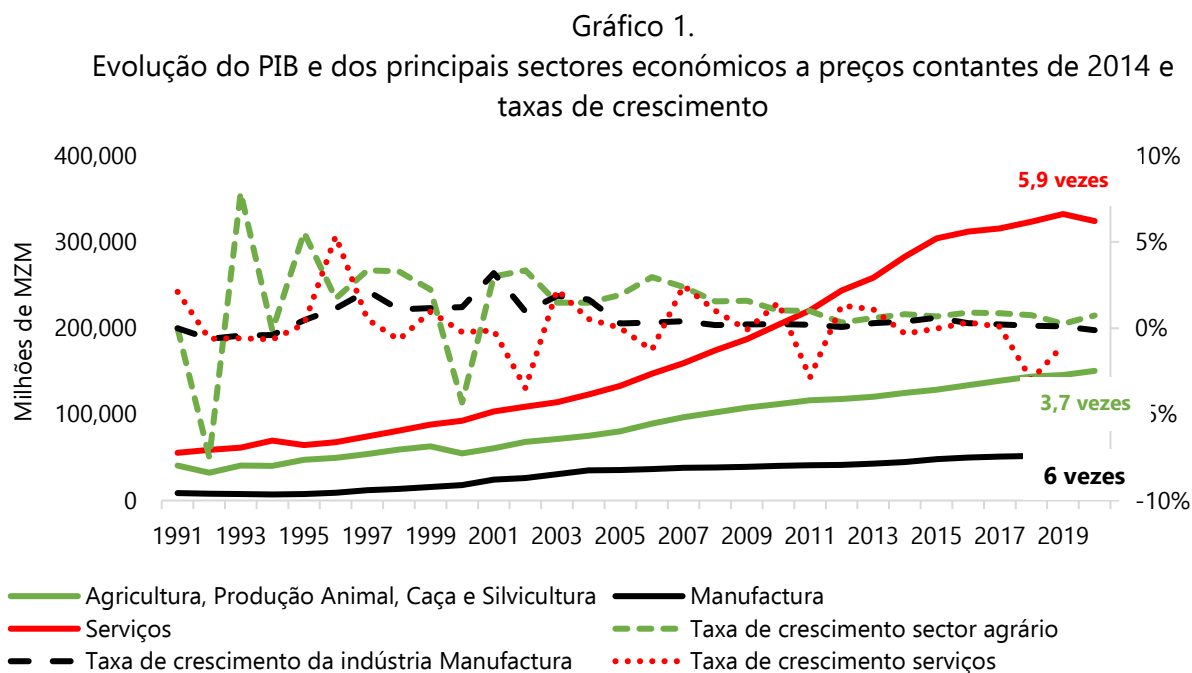
---

<sup>2</sup> Tregenna (2009) redefiniu de forma mais ampla o conceito “clássico” de desindustrialização, introduzido por Rowthorn e Ramaswany, como sendo uma situação na qual, tanto o emprego industrial, como o valor acrescentado da indústria, se reduzem em proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. Entretanto, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas, sim, quando o sector industrial perde importância como fonte geradora de emprego e/ou de valor agregado numa determinada economia. Assim sendo, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantitativos) não pode ser utilizada como determinante da inexistência de desindustrialização (Oreiro & Feijó, 2010).

Além dos aspectos mencionados, a desindustrialização foi ainda consequência de: (1) abertura de fronteiras para importação de bens sem a preparação para a competitividade dos sectores industriais internos; (2) entrada de cadeias do sistema agro-alimentar importador de bens de origem dos países do capital dessas empresas; (3) incapacidade de gestão dos novos proprietários; (4) corrupção, materializada no desvios dos créditos para outros fins e não reembolso dos mesmos aos bancos (como foi o conhecido caso do Banco Austral) e de diversos fundos públicos, alguns dos quais, total ou parcialmente, a fundo perdido.

### 3. ANÁLISE DE DADOS

#### a) Evolução de produção da indústria manufactureira



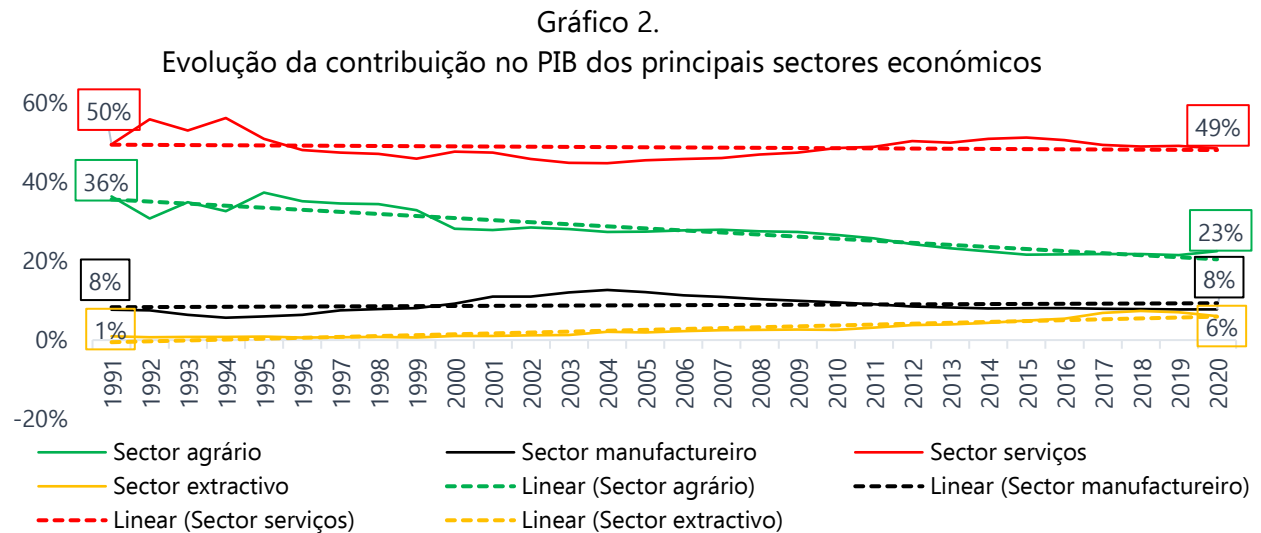
Nota: segundo a fonte, o sector de serviços é constituído por comércio, transportes e armazenagem, imobiliária, serviços financeiros, alojamento e restauração, produção e distribuição de electricidade e gás, captação, tratamento e distribuição de água, informação e comunicação, administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde e acção social e outras actividades colectivas, sociais e pessoais. As taxas de crescimento foram calculadas com base na ponderação de cada um dos subsectores que compõem a rúbrica designada por serviços.

Fonte: INE.

Dos sectores analisados no gráfico 1, é notório o crescimento significativo do sector dos serviços, destacando-se o crescimento do comércio, transportes e armazenagem, e da educação.

A indústria manufactureira apresenta uma tendência crescente, com destaque para os anos de 1998 a 2003 e seguintes, período em que entra em funcionamento a MOZAL. Este investimento teve efeito nas taxas de crescimento, verificando-se oscilações no período de entrada do funcionamento. Posteriormente, observa-se um período com baixo crescimento e, em algum momento, redução da taxa de crescimento.

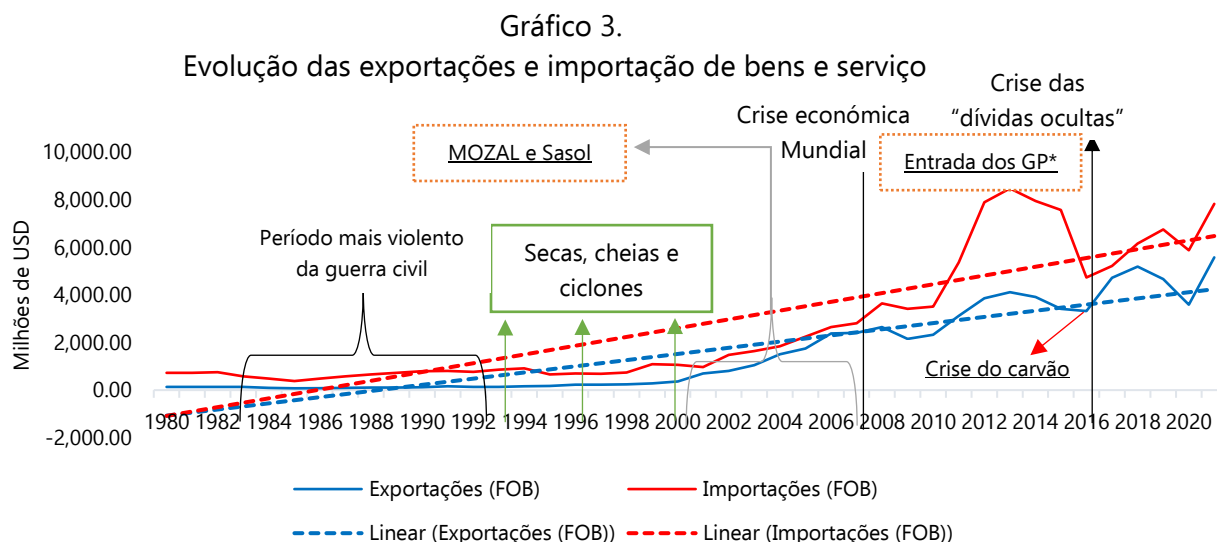
O sector da agricultura apresenta também uma tendência de crescimento, mas em menor proporção que os restantes sectores considerados no gráfico.



Fonte: INE.

Apesar do crescimento dos três sectores apresentados no gráfico 1, observa-se, no gráfico 2, que a contribuição para a formação do PIB dos sectores agrário, manufactureiro e dos serviços tem decrescido ou mantido (indústria manufactureira). A tendência de decréscimo da contribuição destes sectores deve-se ao aumento da contribuição da indústria extractiva no PIB, resultante de investimentos externos em recursos naturais (carvão, gás, rubis e areias pesadas e em florestas).

## b) Exportações e importações



Nota: (\*) GP – Grandes projectos.

Fonte: BdeM.

As importações e exportações apresentam variações significativas com tendência crescente e divergente. Verifica-se que ao longo de toda a série, as importações foram superiores às exportações.

No gráfico é possível verificar alguma relação, embora de forma não conclusiva, entre alguns eventos de natureza económica, ambiental e político-militar, e as tendências das exportações e importações. De referir que estas duas variáveis têm uma extrema relação com o sector industrial nacional.

No gráfico 2, pode-se destacar os seguintes períodos:

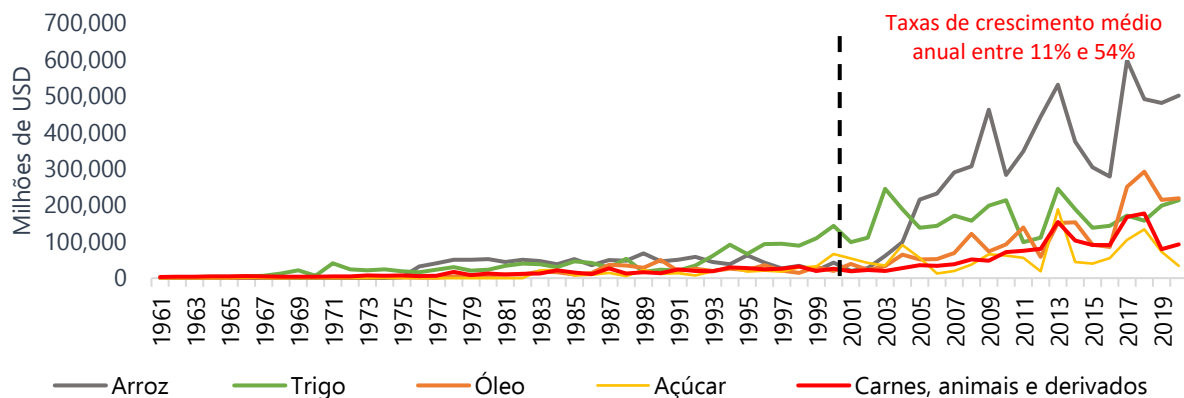
- Entre 1983 e 1992, caracterizado pelo período mais violento da guerra civil, que afectou negativamente as zonas produtoras e, conseqüentemente, as exportações. Segundo Mosca (2005), cerca de 63% do investimento directo estrangeiro foi cancelado ou não iniciou; as taxas de cobertura das importações pelas exportações eram baixas e as relações com os países vizinhos decresceram;
- No período entre 1992 e 1999/2000, ocorreram sucessivos desastres naturais. Aconteceu o agravamento da crise das principais agro-indústrias, como, por exemplo: a crise do caju<sup>3</sup> e do algodão (que eram as principais commodities de

<sup>3</sup> A indústria de processamento do caju era uma das mais importantes, estimando-se que empregava cerca de 10 mil trabalhadores (Mole & Weber, 1999; Abbas, 2014). A produção da castanha de caju, em Moçambique, comparativamente à produção mundial de castanha, foi diminuindo ao longo dos anos, devido a: medidas tomadas referentes à proibição das exportações de castanha em bruto de Moçambique, (1976 e 1991); falha da

exportação), a grande quebra na produção de cerveja e químicos (Castel-Branco, 2003b). Contudo, posteriormente, verificou-se um aumento das exportações devido à integração regional, sobretudo da África do Sul e da então Rodésia do Sul, através da recuperação dos fluxos migratórios e dos serviços do sistema ferro-portuário e rodoviário de e para esses territórios;

- No princípio dos anos 2000, verificou-se um crescimento das importações e exportações impulsionadas pela entrada de grandes investimentos, como, por exemplo: a exploração do gás natural de Inhambane, carvão mineral, alumínio e energia. Os principais produtos exportados (alumínio, gás natural, algodão, açúcar e tabaco) eram produzidos pelas indústrias de metalurgia, extractiva e agro-alimentar;
- A partir de 2010, observa-se um crescimento elevado das importações, sobretudo nos seguintes bens: o *boom* de importação de automóveis; equipamentos, peças, produtos metálicos e materiais de construção ligados aos grandes projectos mineiros; combustíveis e energia; serviços relacionados com investimento de grande escala e produtos alimentares, para uma economia em expansão, incapaz satisfazer o crescimento da procura de alimentos (Castel-Branco *et al.*, 2015; Base de dados do Banco de Moçambique).

Gráfico 4  
Importações dos principais produtos agrícolas

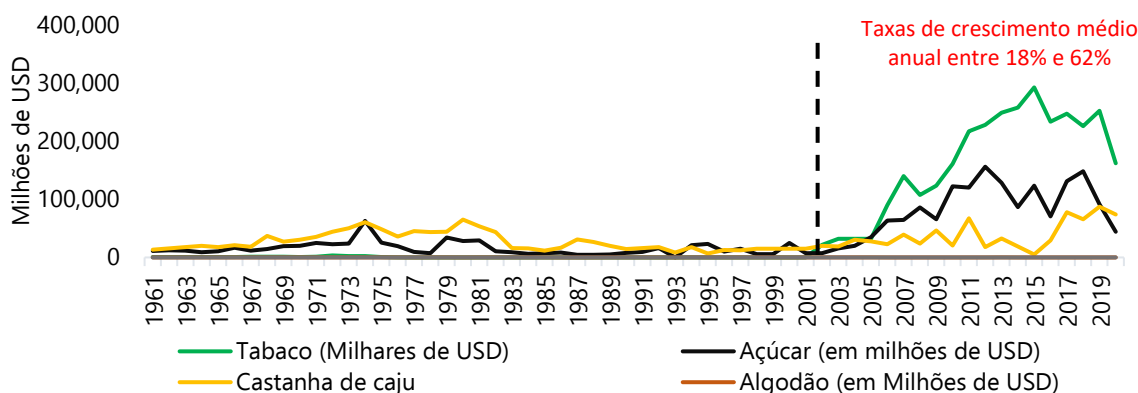


Fonte: FAO.

tentativa de liberalização no sector de processamento; dificuldades gerais ligadas à intensificação de sistemas de produção baseados em pequenas explorações de caju em todo o país, assim como a expansão rápida da produção nos países concorrentes (Abbas, 2014).



Gráfico 5  
Exportações dos principais produtos agrícolas



Fonte: FAO.

Nos gráficos 4 e 5, observa-se que as importações e as exportações oscilaram ao longo da série, tendo apresentado uma tendência crescente de forma significativa a partir dos anos 2000.

No gráfico 4, verifica-se que as importações foram crescentes com destaque, a partir de 2000, de bens alimentares, justificando-se pelo: (1) défice da produção alimentar face às necessidades de consumo nacional (Abbas, 2017); (2) Moçambique não ser um país produtor de trigo e a produção nacional de arroz atravessar por períodos de instabilidade produtiva; e, (3) a procura (sobretudo urbana) estar em permanente aumento pelo efeito demográfico e de rendimento (Mosca, 2022).

No gráfico 5, entre 1961 e 1975, observa-se uma tendência crescente das exportações das principais *commodities*. A partir de 1975, verifica-se um declínio acentuado dessas exportações, seguindo-se um período de estagnação (até 1999), marcado pela crise das agro-indústrias e a emergência e peso dos mega projectos nas exportações (Castel-Branco, 2010). Num último período, a partir de 2000, nota-se, novamente, a ascensão significativa das exportações. Contudo, observa-se uma redução do peso do caju<sup>4</sup> e um aumento importante de outros bens, com destaque para o tabaco, que apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 18% entre 2005 e 2020, justificado pelo: (1) aumento da produção com a entrada em 2003 do investimento feito pela multinacional *Mozambique Leaf Tobacco*, empresa subsidiária da Universal Leaf Tobacco com sede nos EUA (Universal Corporation); e, (2) aumento do preço no mercado internacional (Nova, 2022; Sutton, 2014). O sector açucareiro beneficiou de financiamento de instituições internacionais e de multinacionais do sector, o que levou à reabilitação de muitas fábricas, beneficiando de

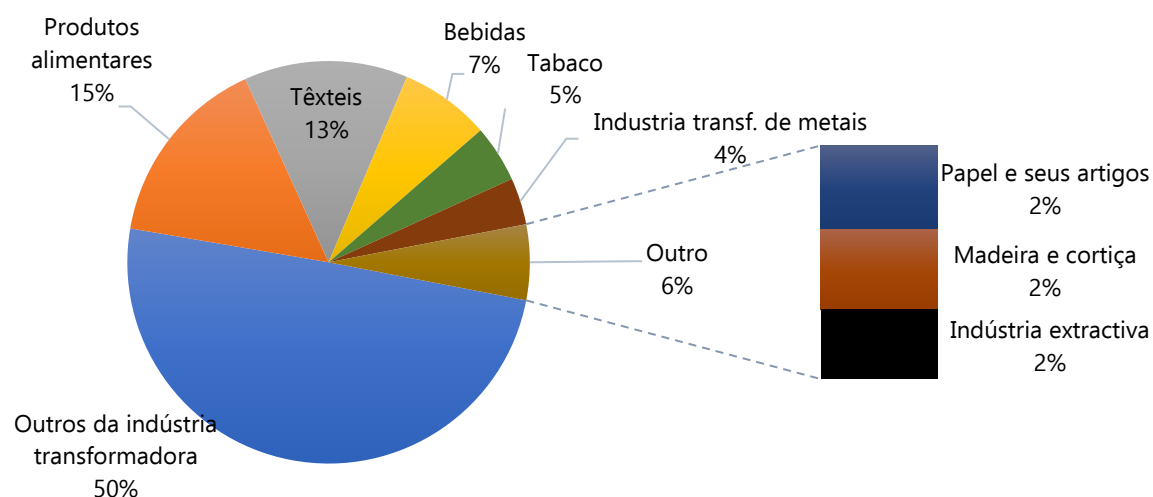
<sup>4</sup> Moçambique representou, nos anos 70, cerca de 60% do mercado mundial de castanha de caju.

políticas proteccionistas e do acordo de preferência no âmbito da parceria económica entre a Europa e os países de Africa, Caribe e Pacífico.

Ao reparar nas escalas dos dois gráficos (4 e 5), pode-se notar que as importações foram superiores às exportações, o que caracteriza uma economia em expansão, mas incapaz de produzir o que consome.

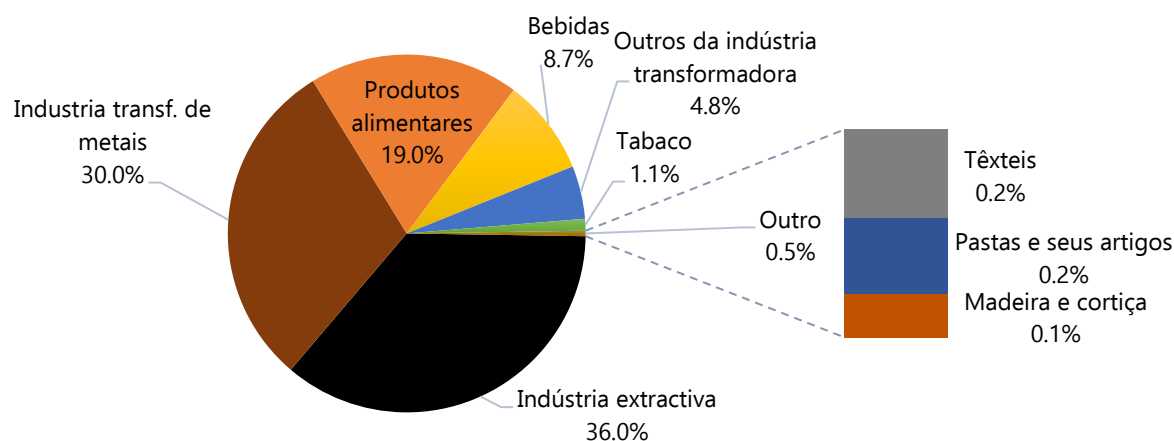
### c) Composição da indústria moçambicana

Gráfico 6.  
Composição dos produtos industriais em 1990



Nota: Os outros produtos da indústria manufactureira incluem produtos não-metálicos (material eléctrico, máquinas, veículos, produtos de vidro, etc.), produtos químicos, plásticos, entre outros.  
Fonte: INE.

Gráfico 7.  
Composição dos produtos industriais em 2019



Nota: Os outros produtos da indústria manufacturera incluem produtos não-metálicos (material eléctrico, máquinas, veículos, produtos de vidro, etc.), produtos químicos, plásticos, entre outros.

Fonte: INE.

Os gráficos 6 e 7 mostram a estrutura da indústria (manufacturera e extractiva) em dois períodos 1990 e 2019. Pode-se observar que houve uma mudança na composição da indústria nacional, com o crescimento da indústria extractiva, que passou de 2% para 36%, e a indústria de transformação de metais, de 4% para 30%, do PIB do sector de 1990 para 2019, respectivamente.

Nota-se que as indústrias extractiva, de transformação de metais e de produtos alimentares, em 2019, representam 85% do sector industrial, o que revela a tendência de concentração da produção do sector.

Desagregando os produtos da indústria transformadora, destacam-se as indústrias de têxteis, tabaco, madeira e papel, que registaram uma redução do seu peso neste sector.

A indústria de produtos alimentares e de bebidas registou um aumento no período analisado.

## RESUMO

Do texto pode-se constatar o seguinte:

- A estrutura actual da indústria transformadora nacional é resultado de um conjunto de processos e intervenções desde o período colonial e de reformas pós-independência. Esta indústria tem como características gerais: ser dependente de importações, com poucas ligações dentro da estrutura económica e usar tecnologias obsoletas.
- As principais indústrias preparam bens para exportação (açúcar, algodão, tabaco, etc.), ou transformam bens importados para permitir o consumo interno (trigo, arroz, milho, óleo etc.), ou são empresas que, simplesmente, exportam bens primários, sobretudo da indústria extractiva.
- Apesar da tendência crescente deste sector, a contribuição para o PIB tende em decrescer, devido ao aumento da contribuição da indústria extractiva;
- A partir da análise da evolução das exportações e importações, nota-se que as exportações estão concentradas em produtos primários ou semi-processados, e as mesmas totalizam valores inferiores aos das importações de factores de produção e bens de consumo.
- A produção industrial cresce num pequeno número de actividades e subsectores que possuem poucas ligações com os outros sectores.
- A estrutura da indústria manufacteira não foi alterada, a produção do sector alimentar, de bebidas (dependentes de importações de insumos, equipamentos e peças) e a indústria de metais continuam sendo as dominantes.

Finalmente, considerando a estrutura produtiva, a concentração sectorial, as fracas relações intersectoriais, a natureza extrovertida da indústria, o declínio da indústria manufacteira directamente relacionada com a agricultura e a baixa capacidade de criar emprego, este sector não desempenha as suas funções no processo de transformação estrutural da agricultura, do meio rural e da economia.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBAS, M. (2014). *Competitividade do subsector do caju em Moçambique*. Observador Rural, N°17. Observatório do Meio Rural, Maputo.

ABBAS, M. (2017). Segurança alimentar auto-suficiência alimentar: mito ou verdade? Observador Rural, N°55. Observatório do Meio Rural, Maputo.

BRUM, J.M. (1976). *Manufacturing Industries in Mozambique: Some Aspects*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, School of Economics.

CASTEL-BRANCO, N. (2003a). *Problemas estruturais da industrialização – Indústria transformadora*. IESE, Maputo.

CASTEL-BRANCO, N. (2003b). *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*. Ambasciata d'Italia – Ufficio per la cooperazione allo sviluppo, Maputo.

CASTEL-BRANCO, N. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos N.º 1, IESE.

CASTEL-BRANCO, N., Langa, E., & Mandlate, O. (2015). *Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada*. IDEIAS N°76. IESE, Maputo.

CRUZ, A. S; Guambe, D., Marrengula, C., P.; Ubisse, A., F. (2016a). *Mozambique's industrial policy: sufficient to face the winds of globalization*. In: Newman, C., Page, J., Shimeles, A., Söderbom, M., & Tar, F. (2016). *Manufacturing Transformation: Comparative Studies of Industrial Development in Africa and Emerging Asia*. Oxford University press

CRUZ, A., S. *et al.* (2016b). Mozambique's Industrialization. African Growth Initiative at Bookings. *Learning to Compete*, Working Paper No.10

LANGA, E. (2017). *Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2017. IESE. Maputo.

LEITE, J.P. (1989). 'Pacte Colonial et Industrialization: Du Colonialism Portugais aux Réseaux Informell de Sujétion Marchande – 1930/1974'. PhD Thesis, Vols. I and II. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

MOLE, P. & Weber, M. (1999). *O Debate sobre o Cajú em Moçambique: Que vias Alternativas?. Resultados das investigações do Projecto de Segurança Alimentar em Moçambique*. Direcção de Economia, N°16.

MOSCA, João (2005). *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa: Editora Instituto Piaget.

OREIRO, J. L., & Feijó, C. A. (2010). *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232.

PITCHER, M. A. (2003). *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 793-820.

WUYTS, M. (1980). *Economia Política do Colonialismo*. Estudos Moçambicanos (1). Maputo: CEA,